



**TRE
PARANÁ**

**CONTRATO Nº/2022
PAD Nº. 004140/2022**

**ANEXO VIII
Minuta de Contrato**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DO PARANÁ E A EMPRESA**
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico nº/20...., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD nº 004140/2022, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede em Cidade/Estado, sito na Rua, bairro....., CEP....., telefone: (...), e-mail:@....., neste ato representada pelo(a) Sr(a)., CPF nº ***.....**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio, controle de pânico, abandono de área, atendimento emergencial de primeiros socorros e apoio técnico, com o fornecimento dos respectivos Equipamentos de Proteção Individual, Equipamentos de Proteção Coletiva e de Material de Primeiros Socorros, mediante alocação e gestão de postos de trabalho (Bombeiro Civil - CBO 5171-10), visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais,

independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada por regime de Empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

2.2 - Local da prestação dos serviços: Sede da Justiça Eleitoral do Paraná (Rua João Parolin, 224) e Fórum Eleitoral de Curitiba (Rua João Parolin, 55).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1- As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I.

3.2 - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A despesa com o presente instrumento correrá pelo

Programas de Trabalho Resumidos: 167772 e 167864;
Nota(s) de Empenho:, emitidas em;
Elemento de despesa: 33.90.37.07;
Categoria Econômica: Custeio;
SIASG: 25550.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou rescindido antecipadamente a critério do Contratante.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA PAGAMENTO

6.1- O Contratante pagará à Contratada, o valor mensal abaixo discriminado, totalizando para o período de 30 (trinta) meses o valor total estimativo de R\$..... (.....), conforme detalhado abaixo e na planilha de custos.

PERÍODO REGULAR - 30 MESES				
Descrição	Valor unitário mensal	Qtde de Postos	Período em meses	Valor total

Bombeiro Civil (CBO 5171-10) 30h	R\$	1(um)	30 (trinta)	
--	-----------	-------	-------------	--

1º TURNO – 2 DIAS				
Descrição	Valor unitário do pacote	Qtde de Eleições	Período em dias/horas	Valor Total
5 (cinco) Bombeiros Civil (CBO 5171-10) 30h, sendo 4 (quatro) Bombeiros civis e 1(um) líder	(Eleições 2022/2024) 2 (duas)	Sábado: das 7h às 15h Domingo: das 6h às 23:59h	
2º TURNO (se houver) – 2 DIAS				
Descrição	Valor unitário do pacote	Qtde de Eleições	Período em dias/horas	Valor Total
5 (cinco) Bombeiros Civil (CBO 5171-10) 30h, sendo 4 (quatro) Bombeiros civis e 1(um) líder	(Eleições 2022/2024) 2 (duas)	Sábado: das 7h às 15h Domingo: das 6h às 23:59h	
Valor Total estimado do Contrato Regular + Eleitoral:				

6.1.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, somando-se no mês relativo ao período eleitoral a parcela da execução dos serviços prestados no 1º turno e no 2º turno (se houver).

6.2 - Do Instrumento de Medição de Resultado - a qualidade da Prestação de Serviços, o cálculo dos Indicadores de nível de Serviços e demais verificações estão descritas no IMR - (Anexo VII).

6.3 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de tributos e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.4 - Do documento fiscal:

6.4.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - Curitiba - Paraná, direcionado à SESEG. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail seseg@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

6.4.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.4.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;

- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada);
- f) Valor unitário e total discriminados
- g) Sem qualquer rasura.

6.5 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

6.6 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.6.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

6.6.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor ou até 5(cinco) dias úteis, se o valor da fatura for até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), conforme artigo 5º § 3º da Lei nº 8.666/93.

6.6.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

6.6.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

6.6.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.7 - Da regularidade fiscal:

6.7.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.7.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.7.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.7.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.7.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA REPACTUAÇÃO

7.1 - O valor correspondente ao custo da remuneração da mão-de-obra, utilizada na execução do serviço, acrescida dos respectivos encargos sociais legais, obrigatórios e incidentes sobre o serviço contratado, será repactuado após o decurso de um ano a contar da data da Convenção Coletiva de Trabalho a que a proposta se referir.

7.1.1 - A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho que ensejará a repactuação, bem como a pertinente planilha de custos atualizada.

7.1.2 - O valor correspondente aos demais itens componentes do custo direto inicial e demais insumos de aplicação direta no objeto do contrato serão reajustados juntamente com a segunda repactuação da mão-de-obra, para acompanhar a data base da categoria, proporcionalmente aos meses decorridos da data limite para a apresentação da proposta, tendo com índice o IPCA. Os reajustes subsequentes observarão o decurso de 12 (doze) meses do anterior.

7.2 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da seção SACCON – Seção de Análise de Custos das Contratações, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA (Art. 56 da Lei nº 8.666/93)

8.1 - Para cumprimento das obrigações, será apresentada pela Contratada, impreterivelmente, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura deste contrato, garantia contratual sob custódia do TRE/PR, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no valor de R\$ (.....), com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, até/....../20...., em conformidade com o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, cabendo à contratada optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

II - Seguro garantia.

III - Fiança bancária

8.1.1 - O Seguro garantia ou fiança bancária (através de banco oficial, sendo vedada carta fiança), deverá ter número, nome do banco emitente, valor declarado, prazo de validade e número do acordo a ser assinado.

8.1.2 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias à apresentação da garantia com vista ao cumprimento do prazo estabelecido no item 9.1, sendo que, uma vez não cumprido rigorosamente o prazo concedido, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Contrato.

8.1.3 - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, VERBAS TRABALHISTAS e PREVIDENCIÁRIAS, sendo que, deverão estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

8.1.4 - As garantias estabelecidas no item 8.1 deverão ser emitidas em real, apresentar validade de 03 (três) meses além da vigência contratual, permitindo assim que a Administração conclua todas as verificações necessárias quanto ao fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais.

8.1.4.1 - A devolução da garantia fica condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação pela Contratada da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto.

8.2 - A liberação será feita pelo GESTOR DO CONTRATO em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

8.3 - No caso de o contrato ser prorrogado ou acrescido, a empresa deverá prorrogar ou acrescentar a garantia, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, após solicitação pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, §§ 1º e 2º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

10.1.1 - São situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), exemplificativamente:

a) Inobservância dos prazos legais para o cumprimento das obrigações trabalhistas será considerada situação de natureza GRAVE ou GRAVÍSSIMA (período eleitoral);

b) A irregularidade perante às certidões obrigatórias: FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, será, inicialmente, considerada infração de natureza LEVE, podendo, entretanto, ser agravada, caso acarrete prejuízos à Administração.

c) O descumprimento dos demais deveres pela Contratada, ressalvados aqueles fixados no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), será considerado de natureza LEVE se não causar qualquer prejuízo para a administração;

d) O descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) que gerar glosa no mês superior a 10% caracteriza inadimplemento GRAVE. Nesse caso, o GESTOR procederá à glosa do percentual máximo (10% - dez por cento), além de iniciar o PAD pertinente ao processo administrativo que determinará a sanção cabível;

e) A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a Contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução contratual, que serão classificadas em 04 (quatro) níveis:

I - LEVE: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade;

II - MÉDIA: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade;

III - GRAVE: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade;

IV - GRAVÍSSIMA: inadimplemento ou falha que impede a execução normal do contrato, desconfigurando sua finalidade ou impossibilitando sua continuidade.

10.1.2 - Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

a) ADVERTÊNCIA, para os casos de infrações de natureza LEVE;

b) PERÍODO REGULAR: MULTA DE MORA DE 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor total proposto, pelo atraso injustificado ao início da execução do objeto, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato, podendo implicar rescisão unilateral da contratação;

b1) PERÍODO ELEITORAL: MULTA de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora, sobre o valor total do POSTO respectivo, pelo atraso injustificado na execução do objeto, com limite de 2 (duas) horas. O atraso superior a 2 (duas) horas será considerado como inexecução total do POSTO, podendo implicar rescisão unilateral da contratação;

c) PERÍODO REGULAR: MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza GRAVE E OU GRAVÍSSIMA, quando for o caso;

c1) PERÍODO ELEITORAL: MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do turno respectivo para o cometimento de infrações de natureza GRAVE;

d) PERÍODO REGULAR: MULTA DE 8% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

d1) PERÍODO ELEITORAL: MULTA de 8% (oito por cento) sobre o valor total do turno respectivo para o cometimento de infrações de natureza MÉDIA;

e) MULTA de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato para os demais casos de inadimplemento total do contrato ou pela cessação da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação;

f) MULTA de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato pelo atraso na apresentação da garantia.

g) MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações pactuadas ou pela não apresentação da garantia.

h) MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.

i) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do Sicaf, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com a sanção prevista no subitem “i” acima.

10.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.4 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.5 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Poderá também ser causa de rescisão contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba-PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente termo, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2022.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor - Geral - TRE/PR
p/ Contratante

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atualmente Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

² Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.

Scon:

- a) No momento da assinatura: encaminhar também Anexo I e alertar sobre a disponibilidade de execução já no 1º dia útil de vigência, conforme item 2.6 do Termo de Referência;**
- b) No momento da ciência: avisar dos documentos que devem ser entregues, conforme cláusula 10 do Edital.**